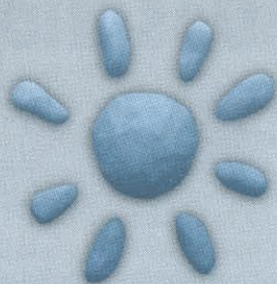


PRA~~XIS~~IS

Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região - Ano III - Nº 11 - Fevereiro/2001

Ética em Movimento

Fazer do Código de Ética um instrumento vivo no cotidiano do profissional - um projeto liderado pelo conjunto CFESS/CRESS, que trará à tona discussões sobre valores e princípios do Serviço Social. **pág. 5**



METAS/2001

As propostas de trabalho do Cress-7, baseadas nas deliberações do XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, têm como pontos centrais a promoção do Serviço Social e o avanço de uma sociedade de direito. **Pág. 6 e 7**

FÓRUM SOCIAL

O evento realizado em Porto Alegre vem reforçar as lutas de resistência a um modelo que agrava as injustiças sociais. Traz a esperança de uma nova ordem mundial, construída em benefício da maioria da população. **Encarte especial**

OPINIÃO

Uma aposta no processo coletivo de construção

É com grande expectativa que o Cress-7 inicia o novo milênio. São muitas as frentes de trabalho e este é o maior desafio neste processo. Dar continuidade ou implementar ações com vistas ao reconhecimento e valorização do assistente social já é tarefa que demanda grande esforço. Mas, paralelamente a isto, é preciso estar intensificando estratégias para inserir a profissão nas lutas por uma sociedade mais justa. Nesta edição, o Conselho apresenta suas principais propostas para tornar realidade estes objetivos. Um investimento que só encontrará respostas concretas se conjugado à liderança de outras entidades da categoria e ao engajamento dos próprios profissionais. Daí a importância da participação em programas que o Cress-7 vem disponibilizando e, como forma de viabilizar financeiramente estas iniciativas, torna-se imprescindível o entendimento de que é preciso estar em dia com a contribuição anual. Apenas assim será possível realizar projetos de capacitação, comunicação e de participação efetiva nos movimentos sociais e conselhos de direitos. Alguns exemplos da atuação do Cress-7 neste sentido puderam ser conhecidos através do Jornal e Informativo **Praxis**. Este número também destaca atividades que expressam o direcionamento da entidade, como o apoio à articulação de grupos de profissionais; a interferência em decisões do governo municipal que contrariam as atribuições do assistente social; a promoção de eventos que contribuem para o fortalecimento da categoria; a participação em conferências e movimentos com vistas à construção da cidadania.

Se por um lado este caminho pode parecer uma utopia, por outro o que aconteceu durante o Fórum Social Mundial aponta para uma direção que muitos julgavam ultrapassada. Ou seja, a luta por direitos e a escolha de formas coletivas de reivindicação está muito mais viva do que supunham os teóricos da globalização. É só apostar!

NOTAS

Disque Cidadão

A partir desta edição, estaremos divulgando iniciativas voltadas para a construção da cidadania através da participação popular. Inaugurando a coluna "Disque Cidadão", publicamos o contato do Reprehan – Projeto 2000. Trabalho realizado pela ONG IBISS (Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social) – o projeto é mantido por uma entidade holandesa de combate à hanseníase (NLR - Netherlands Leprosy Relies - Amsterdã) e atende através do número 242-3098. Basta ligar para obter informações como: características da doença; formas de contágio; possibilidades de tratamento e listagem de postos de saúde, onde o mesmo pode ser realizado. O serviço atende também gratuitamente às solicitações de palestras e apresentações de teatro de fantoches para crianças, onde é utilizada uma linguagem lúdica para abordar a doença e questões como o preconceito. Escolas, instituições religiosas, empresas, entidades e movimentos comunitários, dentre outros, podem solicitar o serviço, que também disponibiliza



site do Reprehan: www.reprehan.org.br

treinamento sobre o tema hanseníase. Além de fornecer material informativo, o Reprehan – Projeto 2000 dispõe para o público um acervo bibliográfico para fins de pesquisa e um site com todos os dados referentes à sua atuação (www.reprehan.org.br). O horário de atendimento é de 9h às 17h e a sede fica na Rua Sete de Setembro 48, sala 607, Centro – Rio de Janeiro.

Atribuição indevida

Cress-7 reverte artigo de decreto do prefeito César Maia

Em seu primeiro dia de governo, o prefeito Cesar Maia publicou uma série de decretos, dentre eles o de Nº 16420, que instituiu o "Ônibus da Liberdade" na área do bairro de Guaratiba, dispondo transporte gratuito para estudantes de primeiro grau. Em seu artigo 4º, o decreto instituiu que cada ônibus contaria com a presença de um assistente social, que cuidaria das crianças neste trajeto entre a área residencial e as escolas da região.

Esta caracterização da atribuição do assistente social levou o Cress-7 a buscar entendimentos com o gabinete do prefeito que, no prazo de 24 horas, alterou o artigo, revertendo a inclusão destes profissionais no programa. A atividade passou, assim, a ser exercida por um funcionário da prefeitura.

ESPAÇO CRESS

Ações voltadas para o idoso

Desafios e Retrocessos

Garantir a implementação das políticas nacionais voltadas para os idosos. Com este objetivo o Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso do Rio de Janeiro vem mantendo um espaço aberto e democrático de participação, atuando prioritariamente no sentido de estimular a implantação de Conselhos Municipais do Idoso e o fortalecimento destes órgãos nos municípios onde já foram criados. Num país que deverá ter, até o ano 2.025, a sexta maior população idosa do mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde, fazer valer estas políticas é um desafio de toda a sociedade. Como entidade que participa do Fórum, o Cress-7 tem como meta ampliar esta discussão com a categoria. O mesmo vinha ocorrendo com sua participação na Comissão Permanente da Assembléia Legislativa para Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso. Esta comissão, presidida até o ano de 99 pela Deputada Estadual Tânia Rodrigues (PT), atuava principalmente na área de asilamento, realizando visitas e reportando as irregularidades à Vigilância Sanitária que, por sua vez, agia enquanto órgão de fiscalização, com poder de multar e fechar instituições em condições inadequadas de funcionamento. À Comissão cabia encaminhar as demandas detectadas através de projetos de lei, assim como dar visibilidade à população dos problemas enfrentados neste campo. "Com isto, criaríamos um canal permanente de fiscalização, com a participação de entidades e categorias profissionais", comenta a Conselheira do Cress Angela Lima Ramos, que vem representando o Serviço Social nestas discussões. Entretanto, a mudança em 2.000 da presidência da Comissão resultou na desarticulação destes trabalhos e no conseqüente afastamento de várias entidades. A expectativa dos Conselhos Profissionais e de direito é que sejam retomadas as ações que vinham sendo realizadas, para que se possa dar resposta aos inúmeros problemas enfrentados pela população idosa no estado.

Laqueadura

Reproduzimos, abaixo, a contribuição da assistente social Suely Gomes à matéria sobre laqueadura de trompas, publicada na edição de janeiro onde, segundo depoimento do profissional entrevistado, os hospitais públicos do Rio de Janeiro não realizavam laqueadura de trompas.

Prezados amigos,

A matéria do último **Praxis** sobre laqueadura de trompas (na região do Rio de Janeiro) merece uma retificação: o Hospital Universitário Antonio Pedro, em Niterói, desde a Portaria 48/99, vem atendendo mulheres, bem como, homens candidatos à vasectomia, com pré-consultas à intervenção – durante dois encontros semanais sucessivos, às terças-feiras de 13h às 16h, na sala de Educação Continuada, no terceiro andar do Anexo ao Hospital – além de atendimento individual, com agendamento. Desenvolvem-se esses encontros como parte do programa de saúde reprodutiva, atendendo aos usuários dos ambulatórios de Ginecologia e de Urologia do HUAP, incluindo informações e Reflexões sobre métodos contraceptivos, prevenção das DST/AIDS e sexualidade, atividades das quais participamos diretamente, eu, como pesquisadora com alguns alunos da UFF (bolsistas) e a assistente social Leila Maria Guidoreni. Gostaríamos de ver retificada a informação prestada por esse periódico sobre a inexistência de serviços nessa região, considerando que este hospital vem atendendo, regularmente, à demanda da região metropolitana em conjunto.

Atenciosamente,

Suely Gomes Costa

Organização da categoria

- Núcleo de São Gonçalo

Uma das principais propostas da atual gestão do Cress-7 é incentivar e apoiar a articulação de profissionais, com vistas ao fortalecimento da categoria. E isto se traduziu, dentre outras ações, em uma estratégia de interiorização, que busca aproximar a entidade dos profissionais que atuam nos diversos municípios. Exemplo deste direcionamento foram as comemorações, no ano passado, da Semana do Assistente Social, que se caracterizaram por uma série de atividades descentralizadas.

Um desdobramento da Semana foi a criação do Núcleo de Assistentes Sociais de São Gonçalo. Simone Cosendey, que atua na prefeitura local, comenta que este é um espaço para a troca de idéias e discussão de questões relacionadas à prática profissional. Alessandra Gomes Mendes, acrescenta que o Núcleo tem também o objetivo de promover eventos voltados para a capacitação. Foi assim que se realizou, com a participação do Cress, um ciclo de oficinas, onde profissionais de referência na categoria apresentaram os temas Supervisão e Serviço Social (Ana Vasconcelos); A Sistematização do Trabalho Profissional (Ney Luiz de Almeida); Políticas Sociais e Neoliberalismo (Silene de Moraes Freire); e Família e Serviço Social (Suely Gomes).

Retomando suas atividades em fevereiro, o Núcleo estará definindo as atividades e agenda de reuniões para 2001 (os contatos com o grupo podem ser feitos através dos telefones 627-2011 / 9608-9798 - Alessandra Gomes). A experiência de São Gonçalo é uma iniciativa que o Cress-7 gostaria de ver se repetindo em outras localidades, sempre como uma articulação autônoma, que poderá contar com o apoio da entidade.

- Ilha do Governador e área da Leopoldina

Em 1977, um grupo de assistentes sociais da Ilha do Governador se articulou para trocar experiências, investir em capacitação e discutir questões relacionadas à prática profissional. Com uma média de 15 participantes, o GIRC (Grupo de Integração de Recursos Comunitários) tem como uma de suas atividades convidar palestrantes para falar sobre temas de interesse comum. Iniciativa esta que, em datas anteriores, já marcou a comemoração do Dia do Assistente Social. Cada novo integrante apresenta o trabalho que desenvolve e o perfil da instituição onde atua – uma forma de conhecer os recursos disponíveis como referência para encaminhamento dos usuários do Serviço Social. Estas informações são levantadas também junto a outras empresas e instituições da região e compõem um conjunto de dados que possibilitam uma visão mais abrangente da realidade dos serviços que são prestados e das atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos assistentes sociais. O grupo, que hoje abrange também os profissionais da área da Leopoldina, se reúne nas últimas quintas-feiras de cada mês, às 9h, nas dependências do INSS da Ilha do Governador (Estrada do Galeão 853).

- Nova Iguaçu

Com o objetivo inicial de eleger representantes da categoria para o Conselho de Assistência Social do Município de Nova Iguaçu, um grupo de profissionais começou a se articular ao longo do ano passado. A proposta se ampliou e formou-se o Grupo de Articulação de Assistentes Sociais da Baixada Fluminense, que busca criar um espaço de debate e promoção de cursos de atualização. Retomando suas atividades, ele estará se reunindo no dia 16 de março, às 15 h, na sede da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu (R. Capitão Chaves 60, Centro). Neste dia, serão estabelecidas as prioridades e a agenda anual de encontros. Para outras informações, contactar Marinês Simões, nos telefones 695-8175 (noite) e 9214-8722.

Administração financeira do Cress-RJ

Prestando contas do exercício do ano 2000

O orçamento do Cress-7 em 2000 alcançou o valor de R\$990.000,00, admitindo-se que 90% da receita seria advinda das contribuições (anuidade) dos assistentes sociais. A receita efetivamente arrecadada, no entanto, foi de R\$917.365,08, considerando que 2.835 profissionais deixaram de pagar a anuidade de 2000. A despesa geral de todo o exercício atingiu o valor de R\$905.570,79, restando pois um pequeno superávit de R\$11.794,29.

A prestação de contas anual, concluindo um sistema de administração e controle contínuo via balancetes mensais de receita e despesas, está aprovada pelo Conselho Fiscal. Neste momento, ela está sendo apresentada ao Conselho Federal de Serviço Social que, por sua vez, prestará contas ao Tribunal de Contas da União, cumprindo assim os procedimentos legais.

Os assistentes sociais podem estar certos do zelo e de uma prática responsável no trato dos recursos financeiros arrecadados pelo Cress-7. O conjunto CFESS/CRESS entende que a administração competente do cotidiano e das finanças das entidades é mais uma expressão de compromisso ético profissional e político da profissão em nosso país.

O orçamento de 2001

O valor para 2001 não se expandiu. Pelo contrário, está limitado a R\$950.000,00, dado que a realidade econômica não possibilita grandes vôos. Reconhecendo as dificuldades de natureza financeira que todos os trabalhadores estão vivenciando, o Cress-7 entende que é apenas pela via do esforço do conjunto dos profissionais que se torna possível viabilizar as ações do Conselho.

Não descuide: pague a anuidade de 2001 em cota única, dentro dos prazos estabelecidos.

**Valor c/desconto: R\$ 160,72
(Até 30 de março)**

**Valor integral: R\$ 169,17
(Até 30 de abril)**

Débitos de anos anteriores: visite o Cress-7 e negocie formas de pagamento.

CBAS

10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Rio receberá profissionais de todo o país para o maior evento da categoria

Acontecerá no Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 12 de outubro, o 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. O primeiro congresso do milênio será realizado nas instalações da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a data foi escolhida de forma a atender a uma indicação da categoria, que poderá contar com custos mais acessíveis de transporte no período de baixa temporada.

Promovido pelas entidades nacionais CFESS, ABEPSS e ENESSO, o evento terá como anfitrião o Cress-7, que já vem se mobilizando desde o ano passado no apoio à organização e divulgação. A expectativa é que compareçam cerca de três mil profissionais de todo Brasil, além de assistentes sociais de outros países da América do Sul, dada a liderança que o Serviço Social vem assumindo no Comitê do Mercosul.

O tema central do congresso é "O assistente social enfrentando a desigualdade – trabalho, direitos e democracia no Brasil". Os trabalhos podem ser enviados para apresentação oral ou na forma de pôster.

Veja, a seguir, as informações necessárias para participar deste que é o maior encontro de assistentes sociais do país.

Trabalhos	Deverão ser enviados com uma cópia escrita e uma em disquete, contendo de cinco a sete laudas, com letra arial 11 e espaço 1,5, folha de rosto identificando os autores, instituição, forma de apresentação (oral ou pôster), endereço e e-mail para contato.
Prazo	Até 15 de junho (data de postagem), endereçado ao Cress-7 (R. México 41, sala 1205, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep. 20031-144).
Sessões temáticas	Os trabalhos serão analisados para as seguintes sessões: Infância e juventude; Seguridade social: assistência social, saúde e previdência; Questão urbana, meio ambiente e movimentos sociais; Questão agrária, questão indígena e movimentos sociais; Ética, política e direitos humanos; Etnia, gênero e orientação sexual; Trabalho e formação profissional; Velhice e pessoa portadora de deficiência; Família e sociedade; Serviço Social e sistema sócio-jurídico; Serviço Social: cultura, educação e arte; Serviço Social e relações de trabalho; Assistentes sociais contra a desigualdade x trabalho; direitos e democracia no Brasil.
Inscrição	Os valores das taxas de inscrição deverão ser fixados entre R\$200,00 e R\$240,00 para profissionais e R\$100,00 para estudantes, prevendo-se parcelamento em três vezes. Estes dados serão informados com maior precisão através de correspondência para todos os assistentes sociais e unidades de ensino.

DEPOIMENTOS

"O CBAS é, sem dúvida, um dos maiores eventos que reúne a nós, assistentes sociais, no Brasil. Realizado a cada três anos, o congresso tem sido um espaço que possibilita uma ampla visão do estado do trabalho dos assistentes sociais em seus mais diversos campos de ação, da reflexão que logramos construir sobre ele e da discussão em torno das políticas sociais e públicas. O CBAS propicia ainda a construção de uma agenda indicativa de debates da questão social no Brasil e dos desafios que estão postos à profissão na contemporaneidade."

Maria Aparecida T. Cassab
Presidente da ABEPSS

"O Rio de Janeiro não recebe o CBAS, que é o maior evento da nossa categoria, desde 1982, ou seja, há 18 anos. Então, como carioca - não da gema, mas de coração - é uma emoção pessoal realizar o primeiro CBAS do milênio nessa cidade, que expressa nossas belezas e nossas contradições, e onde tudo o que acontece tem impacto nacional. E é isso que as entidades nacionais - CFESS, ABEPSS e ENESSO - estão buscando: um CBAS que seja polêmico, que demarque o tempo, que pense e crie alternativas relevantes contra a desigualdade, inscrevendo a categoria na história de lutas do país. E também um CBAS leve, que incorpore linguagens múltiplas. Estamos trabalhando para produzir um grande Congresso, denso, criativo e bonito. Como merece nossa categoria no seu maior evento nacional."

Elaine Rossetti Behring
Presidente do CFESS

"Por estar sediado na cidade escolhida para o 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o CRESS - 7ª Região é incorporado à Comissão Organizadora do maior evento nacional da categoria. A responsabilidade de contribuir para o sucesso do CBAS é assumida por toda nossa equipe - diretores e funcionários - com entusiasmo e alegria. Neste processo, surpresas agradáveis têm ocorrido, como as iniciativas de vários assistentes sociais se dispor a colaborar. Fica demonstrado o interesse de intensificar relações e trocar experiências e saberes com os companheiros de todos os estados do nosso Brasil e de outros países. As duras expressões de desigualdade presentes no cotidiano de nossa cidade não ocuparão lugar prevalente na memória dos congressistas. Ao contrário, estará marcada a oportunidade de renovar esperanças, firmar estratégias e qualificar a intervenção profissional. Com certeza será uma experiência prazerosa e enriquecedora."

Hilda Corrêa de Oliveira
Presidente do CRESS - 7ª Região

CAPA

Ética em Movimento

É preciso fazer valer as diretrizes e valores éticos do Serviço Social. Foi com esta preocupação que o conjunto CFESS/CRESS criou o projeto Ética em Movimento.

O projeto reflete o amadurecimento da reflexão e intervenção ético-política do Conselho Federal, num processo que teve início em 1992, durante as discussões sobre o atual código. Foi quando se reafirmou o empenho da entidade em não restringir os debates éticos a este conjunto de princípios. Os conselhos de fiscalização têm como objetivo defender a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais à população. Paralelamente, atuam no sentido de promover a valorização profissional e assegurar condições de trabalho adequadas para o exercício da profissão. Neste sentido, o Código de Ética é um documento estratégico e sua divulgação faz parte de uma ação contínua destas entidades. E, para sedimentar estes princípios junto à categoria, o conjunto CFESS/CRESS está investindo em um projeto que tem como objetivo tirar de vez o código dos arquivos e incorporá-lo ao cotidiano dos assistentes sociais.

Liberdade, democracia, justiça social, equidade e pluralismo são alguns conceitos que exigem firmes posturas político-profissionais, alicerçadas na produção de conhecimento, capacitação, articulação política e trabalhos de pesquisa. Daí uma proposta que venha reproduzir o movimento da própria ética na realidade, como instrumento de mediação social, vivo e dinâmico, que deverá estar transparente para a categoria e sociedade. É a ética além do código, ou seja, mais ampla que sua dimensão legal.

Para levar esta discussão aos profissionais, o conjunto CFESS/CRESS iniciou um programa de capacitação, formando agentes multiplicadores a partir daqueles que lidam diariamente com as denúncias e processos éticos. Assim foi realizado, no final do mês de julho de 2000, em Brasília, o primeiro módulo do Projeto, com a presença de um representante de cada regional e um terço dos Conselheiros do CFESS. Durante cerca de uma semana, 35 participantes puderam fazer um mergulho nas várias expressões da ética: na vida social, pessoal, cívica e profissional. Foram 50 horas de estudo, coordenadas pelas assistentes sociais Lucia Barroco, que abordou o tema Ética e Sociedade, e Mione Apolinário, que conduziu a discussão sobre Ética e Praxis Profissional; e pela advogada do CFESS, Sylvia Terra, que apresentou o tema Ética e Instrumentos Processuais.

Ainda nesta etapa, os participantes se debruçaram durante 10 horas na elaboração de um projeto de multiplicação para seus respectivos estados, contando com material didático composto por três cadernos que correspondem aos núcleos de fundamentação da ética em geral, da ética profissional e de operacionalização das demandas específicas dos Conselhos. Para dinamizar o aprendizado, as publicações foram elaboradas com linguagem acessível, transmitida através de personagens que dialogam e apontam questões importantes. Posteriormente, foram disponibilizados vídeos para complementar o kit pedagógico.

No caso do Cress-7, a participação ficou a cargo da Conselheira Vera Maria Ferreira, coordenadora da Comissão de Ética: "Cada um destes participantes teve como incumbência fazer o primeiro repasse para os diretores do Conselho, demais membros da Comissão da qual participam e Comissão de Orientação e Fiscalização, com desdobramentos para a Comissão de Instrução".

O projeto é um investimento na integração dos princípios e valores do assistente social com a prática profissional.

É também atribuição dos agentes multiplicadores estimular a realização de eventos que envolvam a categoria, para socialização do Código de Ética, discussão de uma articulação entre ética profissional e ética na sociedade. Todas as etapas são acompanhadas pelo Grupo de Trabalho de Ética e Direitos Humanos do CFESS.

Num terceiro momento, está sendo realizado em cada regional o primeiro curso de multiplicação, sendo que no Rio de Janeiro compreendeu um encontro de três dias – 1 a 3 de dezembro, com a presença de Conselheiros e assistentes sociais convidados. Dando continuidade ao investimento, foi



exibido em fevereiro o filme

"Meu nome é Joe", do diretor Ken Loach, e promovido um debate, com a participação da professora de Ética Mione Apolinário, sobre a relação entre a ética profissional e as dificuldades geradas pelo neoliberalismo. Empenhado na implementação do Projeto, o Cress-7 foi o primeiro a desencadear o processo em sua região, que terá como seqüência a exibição de um filme. A perspectiva é desdobrar as discussões deste curso a partir de eventos dirigidos diretamente à categoria, durante todo o exercício de 2001. A previsão inicial é que sejam realizados quatro encontros, contemplando as cidades do Rio de Janeiro; Baixada Fluminense; um que abrangerá os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí; e outro que atenderá à região serrana.

Para a presidente do Cress, Hilda Corrêa, a expectativa é que todo este esforço leve o assistente social a se sentir seguro para recorrer ao seu Conselho sempre que precisar discutir questões relacionadas à ética no seu cotidiano de trabalho. "O profissional deve trazer ao conhecimento do Cress as dificuldades nesta área, que nem sempre implicam na formulação de uma denúncia ou abertura de um processo ético. Ou seja, podemos trabalhar sob a perspectiva da prevenção. Este contato pode ter como objetivo, portanto, a busca de orientação, em função de um dado concreto de realidade em sua área de atuação". Hilda complementa dizendo que o Cress-7 já vem desenvolvendo experiências neste sentido, citando os casos do laserj e Fundação Leão XIII. "É importante que a categoria busque mais o Conselho para apoiá-la em seu desempenho profissional e ético".

As frentes de luta do CRESS-7

Políticas de fiscalização, ações na área de saúde, controle social, integração dos conselhos de direito, investimentos em capacitação e comunicação. Estes são alguns eixos de luta que o conjunto CFESS/CRESS estará encaminhando ao longo do ano.

Os Conselhos Regionais de Serviço Social começaram o ano de 2001 mais cedo. Precisamente em setembro do ano passado, quando foram tiradas as deliberações do XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Maceió. Precedido de encontros descentralizados em cinco regiões do país, o evento foi a base para a composição da Agenda de Trabalho do conjunto CFESS/CRESS para este exercício. O Rio de Janeiro - que participou através de seis delegados do Cress-7 e quatro da base - definiu as metas que nortearão suas ações, algumas delas publicadas em destaque nesta edição do **Jornal Praxis**.

A Política Nacional de Fiscalização - suas diretrizes e seu papel pedagógico - deverá ser divulgada junto às unidades de ensino, com o objetivo de contribuir para a qualificação dos profissionais, através de uma ação coordenada entre estas instituições e o Conselho. Para isto serão realizadas reuniões entre representantes da diretoria do Conselho e do corpo docente das oito escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Outro objetivo é que, a partir do encerramento das visitas fiscais às unidades de saúde públicas, se realize um encontro voltado para os assistentes sociais que atuam neste segmento, com a presença de especialistas em Serviço Social na área da saúde. Será um momento para se debater as principais demandas e desafios da profissão neste campo, que historicamente absorve o maior contingente de profissionais.

Também como decorrência das visitas fiscais, será realizado um encontro com profissionais que atuam em empresas, contando com o assessoramento de especialistas convidados e previsto para ocorrer ainda no primeiro semestre.

As Delegacias Seccionais de Campos e Volta

Redonda estarão comprometidas com o acompanhamento e visitas às instituições, juntamente com a Comissão de Fiscalização da sede.

O PSF (Programa de Saúde da Família), em curso em todo o país, é outro foco de atenção. Entendimentos vêm sendo mantidos entre o CFESS e o Ministério da Saúde, para que o assistente social tenha formalizada sua atuação - que tem sido relevante em muitos municípios. Um contato em janeiro com o coordenador de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - Carlos Alberto de Oliveira - abriu perspectiva para a solução deste problema no município do Rio, posto que o próprio coordenador avaliou a importância da contribuição do assistente social, considerando um despropósito a ausência deste profissional nos termos do projeto.

O conjunto CFESS/CRESS está acompanhando a reestruturação da Previdência, apoiando as práticas dos assistentes sociais. Estes profissionais vêm demonstrando grande competência na superação das dificuldades inicialmente previstas com o processo de privatização e contam hoje com o reconhecimento dos dirigentes do órgão por sua participação no programa de estabilidade social (que trabalha com os contribuintes individuais) e na atenção à população nos postos reformados - as novas agências de atendimento do INSS. Daí ser também uma prioridade as visitas da Comissão de Orientação e Fiscalização às unidades do INSS. Deve ser considerado aqui um aspecto positivo: o empenho dos assistentes sociais na defesa dos direitos e facilitação do acesso, pelos cidadãos, aos benefícios da Previdência.

Será estimulada ainda a participação da categoria em posições estratégicas de



formulação e gestão das políticas públicas. Sendo assim, serão promovidos eventos de capacitação na gestão das políticas setoriais - Saúde, Assistência e Previdência.

O controle social - um eixo prioritário do conjunto CFESS/CRESS - se manterá como alvo de iniciativas que visem a capacitar os assistentes sociais para influenciar nos conselhos de direitos e de políticas. Indo além, a proposta é contribuir também na capacitação da representação da sociedade civil nestes conselhos, investindo na qualidade da interlocução destes agentes junto à representação do poder público. Ainda no campo do controle social, deve-se ressaltar a importância de iniciativas do assistente social para a articulação entre os diferentes conselhos, favorecendo a perspectiva de avanço do sistema de democratização do espaço público. A realização de fóruns integrados dos Conselhos de Assistência, Saúde e da Criança compõe outro investimento, pois há um entendimento de que suas lutas são similares e podem ser fortalecidas se ocorrerem de forma conjunta. O Cress-7, particularmente, tem interesse em estimular a criação de um fórum único de âmbito estadual de integração dos conselhos de direitos, evitando a dispersão de idéias e esforços e o encaminhamento de demandas isoladas, com limitadas possibilidades de êxito.

À semelhança do que foi feito no ano passado, será realizado o II Curso de Capacitação de Conselheiros, como forma de promover a inserção qualificada do assistente social nos conselhos de direitos. A preocupação também é que nestes conselhos haja um esforço mais direcionado para garantir a eleição democrática de sua presidência, posto que em muitos municípios este cargo tem sido ocupado a partir da indicação do prefeito. Na intenção de criar um espaço realmente democratizado, desde o surgimento da LOAS e do SUS, sempre se defendeu que esta presidência seja eleita pelos conselheiros membros. A concepção de controle social pela representação da

sociedade civil nestes conselhos tem, de uma certa maneira, um caráter ainda inovador em nosso país, mas avança na construção de uma cultura hegemônica de exercício do poder popular. Exemplos bem sucedidos no âmbito do estado do Rio de Janeiro e em outras regiões do país poderão vir a ser tema de seminários e fóruns e terão o mérito de disseminar estas experiências.

Dar continuidade aos investimentos na capacitação ético-política do assistente social é outro ponto central e, sempre que possível, as ações serão estendidas a outras representações da sociedade civil. A intenção é levar esta capacitação para os municípios do interior do estado, estabelecendo um entrosamento com as Delegacias Seccionais.

No decorrer do ano se dará uma atenção especial à discussão em torno dos artigos 4º e 5º da lei que regulamenta a profissão. O primeiro apresenta as competências do assistente social e o segundo destaca as atribuições privativas. Os pontos de similaridade entre os dois artigos é, no momento, matéria de estudo e discussões na

categoria. Possivelmente, o debate acerca desta questão será ampliado, definindo-se com mais clareza que atividades são de competência e quais as que são privativas. Até porque isto orientará com maior precisão os dirigentes de instituições e autoridades do governo. A princípio esta revisão – cujas discussões estão sendo abertas à categoria – subsidiará resoluções do CFESS, detalhando melhor o que está contido nos dois artigos.

Com relação ainda às deliberações do Encontro Nacional de 2000, a expectativa é ampliar a participação efetiva dos Conselhos Regionais nos fóruns de supervisores de estagiários das unidades de ensino ou instituições. Os supervisores têm se reunido em fóruns e é importante que o CRESS tenha presença nestes espaços, contribuindo com esclarecimentos sobre a legislação do assistente social e a Política Nacional de Fiscalização.

No que se refere à formação e qualificação do exercício profissional, ficou definido no encontro de Maceió o propósito de estreitar relações com as unidades de

ensino, de forma a que esta aproximação resulte na valorização da profissão e fortalecimento do seu projeto ético-político. O curso de capacitação à distância, que vem sendo desenvolvido a partir de uma parceria entre o CFESS, ABEPSS e Universidade de Brasília, já motivou a formação de uma nova turma do curso de especialização, é um dos exemplos de que esta parceria tem grandes chances de ser exitosa.

A comunicação com a categoria, movimentos sociais e de usuários e com a sociedade em geral deverá ganhar um novo impulso. O objetivo é socializar as informações e publicizar o Serviço Social com vistas ao reconhecimento do papel da categoria. Periódicos, Internet, assessoria de imprensa e disponibilização de todos os recursos existentes na sede da entidade deverão compor uma política que, em última instância, estará subsidiando discussões e projetos nos locais de trabalho e nos próprios movimentos sociais.



Carta de Maceió

Uma manifestação de assistentes sociais de todo o país, presentes ao XXIX Encontro Nacional, realizado em setembro de 2000, na cidade de Maceió.

A defesa da seguridade faz parte da Agenda de Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS, balizada pelo projeto ético-político do Serviço Social. Hoje, diante da investida do grande capital especulativo, insistimos entre os segmentos dos trabalhadores que mantenham a sua defesa. É sabido que muitos abandonaram a luta e, pragmaticamente, aderiram à proposta focalista e privatista em curso. Outros priorizaram a inserção e mobilização em torno das políticas setoriais. Poucos mantiveram a perspectiva da seguridade social, a qual vimos reforçar neste momento como parte de uma agenda estratégica da luta democrática e popular no Brasil, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária.

Neste sentido, o conjunto CFESS/CRESS reafirma sua concepção de seguridade, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos aos cidadãos brasileiros. Considerando esta perspectiva estratégica, foram levantadas, durante o evento de Maceió, algumas orientações gerais para tornar a seguridade social pública possível no Brasil:

- Manter uma posição firme contra a perspectiva da focalização, denunciando publicamente propostas restritivas do acesso aos direitos constituídos;
- Denunciar o desvio de recursos da seguridade social para a sustentação da política macroeconômica regressiva do governo federal, a exemplo do PROER, do FEF e do pagamento das dívidas interna e externa, que cresceram exponencialmente para subsidiar os especuladores - os grandes beneficiários deste Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores, enunciado pelo neoliberalismo;
- Interferir na definição dos orçamentos, junto aos demais atores da sociedade civil com compromissos democráticos, no sentido de assegurar recursos para a seguridade social e que tais recursos sejam de uso exclusivo da mesma;
- Superar a fragmentação setorial engendrada à revelia do princípio constitucional da seguridade social, a partir de sua tematização por meio dos eixos da gestão, controle social e financiamento e de propostas no sentido da articulação das três políticas;
- Apontar para um conceito mais amplo de seguridade social, que incorpore outras políticas sociais, constituindo um verdadeiro padrão de proteção social no Brasil;
- Manter a inserção nos espaços de controle social, com vistas a assegurar os princípios da universalidade, da cidadania, da democracia e da justiça social; obter informações relevantes para a luta social e promover a articulação política no âmbito da sociedade civil. A intervenção nos Conselhos e Conferências requer a construção dos Fóruns, com o objetivo de definir as propostas e estratégias do campo democrático e popular nessas instâncias;
- Desenvolver um trabalho profissional que fortaleça, junto aos usuários, a noção de direito social e a possibilidade da ação coletiva dos mesmos em sua defesa.

SAÚDE

11ª Conferência Nacional

Com um total de 1.044 propostas e 80 moções, a 11ª Conferência Nacional de Saúde deixou dúvidas sobre o avanço do controle social para a efetivação do SUS.

Realizada em Brasília, entre os dias 15 e 19 de dezembro, a 11ª Conferência Nacional de Saúde teve como tema "Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social". Estiveram representados, através das entidades, os segmentos de profissionais/trabalhadores de saúde, gestores/prestadores de serviço e usuários, totalizando cerca de 2.500 participantes. Sendo membro titular do Conselho Estadual de Saúde, o Cress-7 esteve presente na condição de delegado, representado pela Conselheira Teresa Joana de Castro. Na sua percepção, o Serviço Social contou com boa representatividade, pois foi possível identificar a presença de cerca de 40 assistentes sociais.

Vale ressaltar que, pela primeira vez, o evento – que é o mais amplo espaço de discussão e encaminhamento de propostas voltadas para a elaboração de políticas públicas de saúde – não contou com a participação dos observadores. Para Teresa, a presença destes observadores, mesmo que sem direito a voto, iria enriquecer as discussões e permitiria que as entidades pudessem estar inseridas em vários grupos e reuniões que acontecem paralelamente. Ela observa também que foi motivo de preocupação o discurso de abertura do Ministro da Saúde, José Serra, que em nenhum momento fez referência ao controle social. "Entendemos que o controle social é o caminho democrático para o processo contínuo de construção do Sistema Único de Saúde, pois é a partir daí que se fortalece os Conselhos de Saúde e, conseqüentemente, a representação da sociedade. Quando o ministro ignora isto em sua fala, fica uma dúvida quanto ao real comprometimento do governo com a efetivação do SUS sob bases participativas, que venham atender à demanda da sociedade", pondera ela, que considera a atuação dos conselhos de direitos uma das formas para exercer o controle social. Para Teresa Joana, ao omitir esta questão, o Ministro da Saúde pode estar refletindo o não reconhecimento, por parte

do governo, da importância deste espaço para o exercício da cidadania.

O objetivo de uma conferência deste porte é apresentar à sociedade respostas concretas para os desafios expostos nos temas escolhidos para o evento. Entretanto, a dinâmica escolhida pelos organizadores não favoreceu uma discussão mais ampla, pois o regimento da conferência não foi discutido e o roteiro em que se baseavam os coordenadores de grupo amarrava os debates, exigindo uma resposta "redonda" para cada item: cenários, desafios e proposições. Além disto, foi um encontro preparado e convocado em um espaço exíguo de tempo, com data marcada para a última semana útil do ano. Tudo isto levou muitos participantes a questionar o real peso que o Ministério da Saúde está dando a este espaço de discussão e construção do SUS. Outro exemplo se refere ao relatório sobre o tema "Modelo Assistencial e de gestão para garantir acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social". Apresentado no final da plenária do último dia, o relatório não foi lido na íntegra e tampouco pôde ser acompanhado por muitos participantes. E é justamente este documento que trata, dentre outros assuntos, da questão de dotação orçamentária para a saúde. Num país onde se gastou com juros das dívidas externa e interna (R\$84,4 bilhões em 99) mais do que os investimentos em saúde e educação (R\$50,06 bilhões), a ingerência da sociedade no repasse de verbas se faz

extremamente necessária. Este foi, portanto, mais um fator de apreensão quando da avaliação dos resultados da Conferência, pois reflete uma postura política do governo para a área de saúde.

O método de trabalho escolhido para a 11ª Conferência também trouxe prejuízos para a plenária final do evento, dado que nem todas as propostas encaminhadas pelos delegados foram expostas para os participantes. "Havia uma mesa relatora que filtrava estes encaminhamentos antes de passá-los para a mesa coordenadora. Ou seja, ela estava imbuída de uma responsabilidade que implicou na eliminação de diversas propostas que, ao meu ver, deveriam ter sido avaliadas pelo conjunto dos participantes. Por isto, não estamos seguros quanto ao resultado que terá o relatório final", observa Teresa.

O relatório final da Conferência deverá ser divulgado, a princípio, no primeiro semestre deste ano. Os assistentes sociais que desejarem se antecipar e obter informações sobre o evento poderão solicitar ao Cress-7 que envie por e-mail o relatório preparado pela delegada do Conselho. Ali estão relatados alguns dados quantitativos, os temas e sub-temas discutidos, moções encaminhadas e um breve panorama sobre o cenário, desafios e proposições para a área de saúde. O endereço para contato é cressrj.diretoria@apic.com.br

Temas e propostas encaminhadas

- ✓ **Avaliação do controle social nos dez anos do SUS: a construção do acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde – 188 propostas**
- ✓ **Modelo assistencial e de gestão para garantir o acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social – 593 propostas**
- ✓ **Acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social – 263 propostas**
- ✓ **Foram encaminhadas ainda, pelos participantes, cerca de 80 moções**

PRAXIS Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/ 7ª Região - Fevereiro/ 2001

Rua México, 41, grupos 1203 a 1205
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-144
Telefax: (21) 240-1727/3627/0822 - 220-2864
E-mail: cressrj.diretoria@apic.com.br

DIRETORIA

Hilda Corrêa de Oliveira – Presidente
Marlise Ferreira de Souza – Vice-Presidente
Rute Gusmão – 1ª Secretária
Maurílio Castro de Matos – 2ª Secretária
Angela Maria Lima Ramos – 1ª Tesoureira
Neide Aparecida Silva – 2ª Tesoureira

SUPLENTES

Marcelo Braz Moraes dos Reis, Miriam Vasconcelos Braga,
Carmen Lúcia Brandão de Paula, Márcio Eduardo Brotto,
Sue Wolter Vianna e Vera Maria Ferreira Santos

CONSELHO FISCAL

Rodriane de Oliveira Souza e Tereza Joana de Castro Azevedo

SUPLENTES

Magali da Silva Almeida

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Angela Maria Lima Ramos, Márcio Eduardo Brotto, Marlise F. de Souza, Maurílio Castro de Matos e Rute Gusmão

Norte e Noroeste Fluminense – R. 21 de Abril, 272, sala 311
Centro - CEP 28010-170 - Telefax: (24) 723-9464

REPRESENTANTES

Maria Clélia Pinto Coelho – Presidente
Elisa Maria Paley Gomes – 1ª Secretária
Maria Auxiliadora de Barros Freitas – 1ª Tesoureira

SUPLENTES

Maria de Fátima Barbosa de Azeredo, Rossana Florencio Machado

Ribeiro e Adriana Paiva Pereira

Sul Fluminense – R. 25A, nº 23, sala 802 - Vila Santa Cecília
CEP 27261-050 - Telefax: (24) 342-6886

REPRESENTANTES

Joelma Martins da Silva – Presidente
Ângela Amélia C. De Sá – 1ª Tesoureira
Helenice P. M. de Almeida – 1ª Secretária

SUPLENTES

Cláudia Meister, Rita Maria Castelo Branco e Olinda Fernandes

EDITORIA – Cláudia Costa (MTB 16565/RJ)

Diagramação e ilustração: Carlos D
Colaboração: Marcelo Monteiro e Carlos Henrique Braz
Revisão: Graça Santiago
Projeto gráfico: Ingrid Klein
Impressão: Folha Dirigida
Tiragem: 8.000 exemplares

Fórum Social Mundial

Globalização não é o caminho

"O que aconteceu nestes cinco dias históricos de Porto Alegre foi uma tentativa de resgatar o parâmetro humano. Se houve ações mais fortes, elas se justificam pelo princípio jurídico da autodefesa, pois estava-se defendendo a saúde do planeta, ou pelo princípio teatral da ação simbólica. O principal foi que falou-se muito, e o que se falou foi ouvido no mundo inteiro. Se não foi entendido no mundo inteiro, não faz mal. A intenção era apenas mostrar que seres humanos não abdicam da sua função, que o retorno de capital ainda não é a medida de todas as coisas no mundo. E, afinal, este foi apenas o primeiro Fórum Social Mundial. Nos próximos, falaremos mais claro."

- Luis Fernando Verissimo.

Há cerca de uma década, grandes pensadores do capitalismo e a imprensa internacional comemoraram o que chamavam "Fim da História". A queda do muro de Berlim seria a prova definitiva de que não haveria outra solução para a humanidade que não fosse apostar na globalização da economia - nova etapa do capitalismo - buscando construí-la com uma face mais humana. Como se isso fosse possível.

A história foi rápida em produzir respostas. Em 1998, milhares de jovens foram às ruas de Genebra, Suíça, protestar contra as consequências da globalização durante as comemorações do aniversário da OMC (Organização Mundial do Comércio). Seattle (EUA-1999), com 50 mil manifestantes, Washington (EUA-2000) e Praga (República Tcheca-2000) assistiram a imensas demonstrações deste descontentamento. Sem contar as milhares de manifestações que, dispersas por todo o mundo, não admitiam o caminho do crescimento da exclusão social, o fim das garantias trabalhistas e dos serviços públicos, enfim, os prejuízos estrondosos causados à população mundial pela globalização da economia.

Chefes de Estado de todo o mundo criaram há alguns anos o chamado Fórum Econômico Mundial. Trata-se de reuniões anuais, realizadas em Davos, na Suíça, onde são debatidos e fechados acordos sobre os grandes temas que envolvem a globalização.

2001 guardou a grande surpresa. Realizado em Porto Alegre, palco de experiências administrativas reconhecidas mundialmente pela participação popular em esferas de decisão política e de investimentos públicos, o Fórum Social Mundial reuniu nada menos que 15.000 pessoas, de 120 diferentes países, para constatar, analisar, propor alternativas ao

quadro político-econômico internacional que tem dizimado negros, mulheres, crianças, trabalhadores por todo o mundo, particularmente nos países pobres.

Foram cerca de 400 oficinas sobre os mais variados temas, manifestações culturais e políticas, passeatas, shows, que resgataram o direito à vida, a solidariedade, o respeito às identidades culturais de cada povo como valores infinitamente superiores ao lucro e ao mercado. Pessoas de diferentes culturas, posições políticas, militantes de revoluções históricas no mundo (como Ahmed Ben Bella, da Argélia - que conviveu com Che Guevara - autor de belo texto sobre a solidariedade internacional dos trabalhadores), jovens, ONGs e entidades do movimento social de vários locais do planeta, passando por participantes de movimentos atualíssimos, como a FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que luta contra os EUA pela soberania de seu país e, conseqüentemente, da Amazônia, ameaçados pelo Plano Colômbia, arquitetado sob o argumento de inibir o tráfico de drogas na América Latina. O colombiano Jaime Caicedo, em evento promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, relatou emocionado o fortalecimento de suas esperanças ao perceber que trabalhadores e estudantes do mundo todo estão solidários à luta desenvolvida em seu país.

O Fórum Social chacoalhou o mundo, ocupou as páginas de grandes jornais de todos os Continentes, e deixou uma certeza, reconhecida inclusive por apoiadores do sistema neoliberal: não existe pensamento único sobre que regime possibilita a solução dos problemas vividos pela humanidade.

Todos os relatos dão conta de que o próprio Fórum foi rico em debates, polêmicas, sugestões distintas sobre táticas e estratégias de luta por

uma nova sociedade. Em todas elas, no entanto, uma convicção: a necessidade de derrotar a escalada neoliberal no mundo.

Nem a tentativa do governo brasileiro de criminalizar as ações do MST ou de depreciar o governo do Estado do Rio Grande do Sul deram resultado. O Fórum Social Mundial mexeu com a cena política. "Entra um novo ator no jogo de forças internacional", reconheceu Denis Lerrer Rosenfield, doutor pela Universidade de Paris e professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em artigo na Folha de S. Paulo, destinado a dizer que o Fórum *não* teve saldo positivo. "(...) representou a institucionalização dos movimentos populares dispersos contra o conceito de que a globalização, segundo o modelo liberal, é o único caminho para a humanidade nesta virada de milênio.", reconheceu, no mesmo jornal, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ninguém menos que o ex-presidente do BNDES e ministro das Comunicações do governo FHC.

Mesmo não aprovando, propositalmente, uma carta única oriunda do evento, o Fórum Social Mundial apontou consensualmente tarefas da maior importância para o futuro da situação política internacional. Dentre elas, ampliar o combate à dívida externa dos países pobres, realizando plebiscitos nacionais (oficiais ou não) sobre seu pagamento; buscar inviabilizar a reunião dos chefes de Estado dos países da América Latina (onde pretendem acertar sua adesão à ALCA - Acordo de Livre Comércio Americano - ampliando ainda mais a dependência em relação aos EUA), em abril, em Buenos Aires (Argentina); fortalecer cada iniciativa local de combate aos reflexos do neoliberalismo, sem deixar de vislumbrar uma certeza: é possível um mundo novo, baseado em valores da solidariedade, da partilha e da igualdade social.

Você pode ter acesso a uma série de textos discutidos, produzidos e/ou aprovados no Fórum Social Mundial. Acesse as homepages www.forumsocialmundial.org.br, do próprio Fórum, ou www2.uerj.br/lpp do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

INFORMES

Conferências de Assistência Social

Os profissionais com inserção nas ações de Assistência Social devem priorizar uma atenção e participação nas conferências sobre este tema, confirmadas para este ano, as quais representam oportunidades valiosas para debates dos rumos dados a esta política.

A LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) determinava que estes eventos ocorressem a cada dois anos. Por iniciativa da presidência da República, o prazo foi alongado para quatro anos. Estaremos pois, em 2001, realizando a III Conferência Nacional de Assistência Social, marcada para a primeira semana de dezembro, em Brasília. As conferências nos municípios devem se realizar até o mês de julho e a conferência estadual está confirmada para setembro. O tema geral é: "Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios" e as discussões se desenvolverão em torno dos seguintes eixos: gestão social, controle social e financiamento.

O Cress-7 dará prioridade, nos próximos meses, a debates e seminários com os profissionais de forma a fortalecer o movimento de luta que tem assumido em favor de uma Política de Assistência Social que responda aos direitos da população. Fundamental ainda é a adoção de procedimentos, por parte dos assistentes sociais, na direção de uma articulação e formação de alianças com movimentos sociais.

Lamentavelmente ainda perduram em grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, práticas clientelistas e assistencialistas assumidas por governantes e instituições. O quadro de dificuldades exige dos profissionais competência cada vez maior para análise da realidade e escolha de estratégias, assumidas coletivamente e de forma articulada, que viabilizarão algum sucesso nesta luta por política pública de assistência social.

Conanda: mais uma vitória

No final do ano passado realizou-se a Assembléia para Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional dos Direitos da Criança. O CFESS participou do processo de articulação, através do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e foi reconduzido para mais uma gestão do Conanda, juntamente com outras entidades que vinham construindo neste âmbito uma unidade política importante. O maior número de votos foi, respectivamente, para a CUT (Central Única dos Trabalhadores), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), CFESS e Fundação Fé e Alegria. As entidades ligadas às políticas do governo federal não conseguiram número suficiente de votos para a titularidade ou mesmo para as primeiras suplências.

A eleição do Conselho Federal de Serviço

Social é resultado de um trabalho que vem sendo realizado junto ao Fórum, ao Conanda e Conselhos Nacionais de Políticas Públicas, com conseqüente reconhecimento do CFESS como referência de compromisso no campo democrático da sociedade civil. Resulta ainda de sua inserção em nível nacional e dos trabalhos desenvolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social nas instâncias municipais e estaduais. Representando o CFESS está a Conselheira Kênia Augusta Figueiredo (Minas Gerais), que já vinha atuando nesta área. A entidade contará também com a colaboração de Assunção Fialho, Conselheira do Distrito Federal, que está hoje na direção do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Home-page: um ponto de encontro



O site do CFESS constitui hoje um importante espaço de interlocução e encontro dos assistentes sociais brasileiros e, por que não dizer, da América Latina e do mundo. Com moderno design gráfico e de fácil navegação, a home-page apresenta as principais frentes de luta do conjunto CFESS/CRESS (como defesa das políticas públicas e da democracia, articulação com entidades parceiras, tendo em vista a construção da luta em defesa da seguridade, e aprofundamento e dinamização da Política Nacional de Fiscalização).

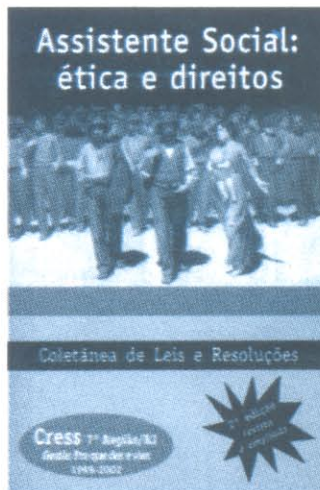
Através do endereço www.cfess.org.br podem ser consultados ainda a legislação profissional (Código de Ética e Estatuto do conjunto CFESS/CRESS); publicações (Boletim CFESS, sumários da revista Inscrita e publicações diversas); informes sobre o projeto Ética em Movimento, congressos, seminários e cursos; além de sites de interesse.

Faça uma visita e fique por dentro das novidades. Dê também sua sugestão!

Publicações

Você pode adquirir, na sede do Cress-7, as seguintes publicações:

- **Caderno Cidadania: "Como ficou a previdência dos segurados do INSS"**; autor: José Prata de Araújo (R\$2,00)
- **O Serviço Social e os seus empregadores – "O mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro"**; coordenadora: Prof. Rose Mary Sousa Serra (R\$10,00).
- **Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social** (R\$4,00) - Produção: UNB (Módulo I: R\$25,00; Módulo II: 35,00; Módulo III: R\$41,00; Módulo IV: R\$43,00)
- **Revista Inscrita/CFESS – números 1 a 6** (uma publicação: R\$10,00; duas: R\$15,00; três: R\$25,00; quatro: R\$30,00; cinco: R\$40,00; seis: R\$50,00)
- **Código de Ética Profissional do Assistente Social** (R\$4,00)
- **Superando Desafios – Cadernos do Serviço Social do Hosp. Univ. Pedro Ernesto** (R\$5,00)
- **Relatórios das Sessões Temáticas do IV CBAS** (R\$5,00).
- **Coletânea de leis** – Publicação do Cress-7 que reúne



as principais leis de interesse dos assistentes sociais, dividida em duas partes: legislação profissional e legislação social. A grande aceitação entre profissionais e estudantes (até janeiro foram vendidos 733 exemplares) levou a Conselho a lançar uma segunda edição, revista e ampliada com a inclusão da LDB -

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - e Capítulo da Ordem Social da Constituição Federal (R\$8,00)

Coluna do Colegiado

Na gestão anterior do governo municipal, o Colegiado dos Conselhos Profissionais, em audiência com o prefeito Luiz Paulo Conde, apresentou diversas demandas relacionadas à atuação na área de saúde, principalmente no que se refere à questão do aumento da carga horária para 40 horas semanais. Com as eleições municipais e conseqüente mudança do secretariado, uma nova audiência foi realizada, desta vez com o Secretário Municipal de Saúde, Sergio Arouca. Na ocasião, o colegiado apresentou sua linha de atuação e a proposta de criação de um canal permanente para encaminhamento dos assuntos pertinentes à atuação dos profissionais da área de saúde. O secretário mostrou-se receptivo à idéia, ampliando-a para a possibilidade de legitimar o fórum, através de publicação em Diário Oficial. Foi retomada ainda a discussão sobre a carga horária, porém sem um aceno de que isto pudesse ser revertido. Em contrapartida, Sergio Arouca deixou clara sua disposição de conhecer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelas diversas câmaras técnicas e comissões dos Conselhos Profissionais. Segundo ele, isto pode servir de subsídios para as ações que o governo municipal irá implementar na área de saúde.